

Empresa de Amade Camal em parceria milionária com o Banco Mundial para aquisição de autocarros eléctricos para a Região Metropolitana do Grande Maputo

- Amade Camal é um dos empresários próximos ao regime, o que lhe permite fazer negócios com o Estado. Por via dessa aproximação, Amade Camal, que não é propriamente um vigoroso apoiante da Frelimo, tem sido usado para atacar a sociedade civil e os opositores ao regime. Nas suas incursões, não escapam parceiros de cooperação como o próprio Banco Mundial.



A Corporação Financeira Internacional (IFC), uma instituição ligada ao Banco Mundial (BM), e a empresa privada de transportes de passageiros “MetroBus”, assinaram, no dia 18 de Junho, um memorando¹ de entendimento para a disponibilização de 300 autocarros eléctricos de transporte público para a Área Metropolitana de Maputo até 2025. Não conseguimos descortinar o papel do Governo na empreitada nem os montantes

envolvidos. O papel do IFC no acordo consiste em garantir o financiamento para a empreitada e ajudar a “MetroBus” na preparação de um plano de negócios para expandir os seus serviços de transporte e responder à demanda de transporte na região. Outrossim, a IFC ajuda o país que assim entra para as estatísticas de usuários de energias limpas, pelo menos no sector do transporte público.

“MetroBus” é um sistema integrado e in-

termodal de transportes para a Área Metropolitana de Maputo, com base no uso das linhas ferroviárias existentes. O sistema inclui linhas de autocarros que alimentam a componente ferroviária, numa parceria público-privada entre a empresa “Sir Motors”, que financiou a aquisição dos equipamentos e os custos de operação, a empresa pública Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) e os municípios da Região do Grande Maputo.

Sobre a “Sir Motors”

A “Sir Motors”, que detém a “MetroBus”, é uma empresa do estabelecido empresário Amade Camal, com passagem pela política como deputado da Assembleia da República pela Bancada Parlamentar da Frelimo de 1994 a 1999.

Amade Camal é um dos empresários próximos ao regime, o que lhe permite fazer negócios com o Estado. Por via dessa aproximação, Amade Camal, que não é propriamente um vigoroso apoiante da Frelimo, tem sido usado para atacar a sociedade civil e os opositores políticos ao regime. Nas suas incursões, não escapam os parceiros de cooperação como o próprio Banco Mundial com quem está na parceria.

Exemplos de Amade Camal em cruzadas do regime contra a sociedade civil, parceiros de cooperação e oposição são vários.

Mas antes, é importante destacar que o facto de Camal aparecer nos órgãos de comunicação como analista, e às vezes criticando o sistema, lhe permite cair nas graças da opinião pública. No entanto, a postura de Amade Camal se parece com a de alguns analistas que criticam o regime naquilo que sabem que não coloca em causa os seus interesses, que, no caso de Camal, seriam empresariais. Ou que usam a crítica como instrumento de pressão para viabilização dos seus interesses.

Nas suas incursões contra a sociedade civil, Camal foi um dos defensores acérrimos do seu policiamento pelo Governo, através da aprovação da proposta de Lei das Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), cujo objectivo era aniquilar o espaço cívico e silenciar a sociedade civil que, com uma oposição fraca e enfraquecida, é o único actor que se levanta para defender os interesses do povo, criticando o desgoverno, a corrupção e a violação dos direitos humanos. A investida do Governo tinha como pretexto a narrativa de que as OSFL podiam ser usadas para o financiamento ao terrorismo, no quadro da colocação de Moçambique na lista cinzenta do Grupo de Acção Financeira Internacional.

Aquando do sequestro da jornalista e activista defensora da Democracia e dos Direitos Humanos, Sheila Wilson, Camal foi à televi-



são dizer que não tinha havido sequestro e que a Polícia podia deter qualquer pessoa em qualquer circunstância, o que não é verdade. Para nós, foi sim sequestro. A diferença entre uma detenção normal e um sequestro reside no facto de que, no primeiro caso, a Polícia abre espaço para, imediatamente a seguir à detenção, o detido informar alguém próximo que está detido e em que esquadra. Se não comunicar logo a seguir à detenção, quando já estiver na esquadra tem o direito de comunicar que está detido.

No caso de Sheila Wilson não foi isso que aconteceu. Ela foi sequestrada durante uma “Live” e o momento ficou registado. Dado curioso é que, quando o Director Executivo do Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), Adriano Nuvunga, chegou à esquadra e se identificou como chefe de Sheila Wilson, a Polícia disse que não tinha qualquer informação, daí o movimento que se criou, que, felizmente, culminou com a sua libertação. Ela ficou incomunicável por cerca de cinco horas de tempo, estando com a Polícia.

Nós acreditamos que Camal sabe que a Polícia não pode, numa detenção normal, manter alguém por cinco horas sem comu-

nicação com os seus familiares. Ao mesmo tempo que acreditamos que Camal sabe disso, compreendemos que Camal estava a fazer o trabalho que naquele momento importava fazer por ordem daqueles que lhe permitem fazer negócios com o Estado.

Muito recentemente, Camal esteve do lado daqueles que criticaram o papel do Banco Mundial no processo de produção do livro escolar, por considerar que impõe a sua vontade. Por exemplo, uma das principais políticas do Banco Mundial na aquisição dos manuais escolares é que o *procurement* para o efeito deve ser mediante Concurso Público Internacional. Não estamos a dizer que estamos do lado do Banco Mundial. Aqui o objectivo é mostrar a incoerência de Camal que, tendo criticado o BM, hoje entra com o mesmo BM numa parceria milionária.

Portanto, não sendo um militante vibrante da Frelimo, partido pelo qual chegou a ser deputado na primeira legislatura multipartidária, Amade Camal tem usado a sua capa de analista independente para fazer o trabalho sujo do regime, atacando a sociedade civil e os opositores do Governo a troco de benefícios como fazer negócios com o Estado.

¹ <https://www.rm.co.mz/mocambique-vai-ter-autocarros-electricos-para-transporte-publico/>

Disponibilização de autocarros é propaganda eleitoral

No âmbito do projecto, os dez primeiros autocarros devem chegar ao país em Outubro, mês em que o país realiza as eleições gerais.

“Em Outubro, iriam chegar 10 autocarros de 18 metros de comprimento pagos

pela MetroBus e o mesmo exercício será replicado em fevereiro, todos pagos pela nossa companhia, na verdade o projecto já iniciou e será expandido com este contrato-programa para os referidos 300 autocarros”, disse Amade Camal, citado pelo

Jornal “O País”.

O anúncio da chegada dos autocarros em Outubro pode ser enquadrado na lógica de propaganda do partido Frelimo no âmbito das eleições gerais de 9 de Outubro.

² https://opais.co.mz/autocarros-electricos-para-transporte-publico-chegam-ao-pais-ate-2025/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTA-AAR0elusej1zky9RvhdepMnoCZjDpsvWuupckxfYMOlqsB6abOe-oc5v5UVg_aem_oU6MR1Yiv_0AxmJTRIWrwg



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

